

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Os desafios da discriminação: A mulher negra no mercado de trabalho

Adenir Pereira Duarte

Mariana, MG

2019

D812d Duarte, Adenir Pereira.
Os desafios da discriminação [manuscrito]: a mulher negra no mercado de trabalho / Adenir Pereira Duarte. - 2019.

32f.: il.: color; graf.

Orientador: Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais.

1. Discriminação racial - Teses. 2. Negras - Teses. 3. Mercado de trabalho - Teses. I. Oliveira, André Mourthé de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 316.647.82

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br

ADENIR PEREIRA DUARTE

Curso de Ciências Econômicas – ICSA/UFOP

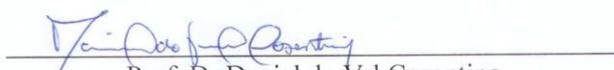
OS DESAFIOS DA DISCRIMINAÇÃO: a mulher negra no mercado de trabalho

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira (orientador)



Prof. Dr Daniel do Val Cosentino



Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira de Oliveira

Mariana, 15 de julho de 2019.

Agradeço primeiramente a Deus por ter me permitido enfrentar tantas dificuldades e por não ter me deixado desanimar diante dos obstáculos.

Aos meus familiares, em especial a minha mãe que acompanhou de perto toda a minha árdua trajetória e aos meus irmãos que torceram, incentivaram e me deram apoio incondicional aos meus estudos.

Agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto pela oportunidade de cursar Ciências Econômicas e ao corpo docente pelos conhecimentos adquiridos ao longo de minha graduação.

Agradeço em especial ao André Mourthé, meu querido orientador, pela paciência, disponibilidade, apoio, compreensão, incentivo, por todo o acompanhamento para que eu concluísse esse trabalho.

Enfim, a todos que direta e indiretamente puderam contribuir com a realização e conclusão deste, meu muito obrigada.

“Sinceramente eu nunca dei para empregada doméstica acho que eu tinha vergonha pelo fato de eu ter trabalhado tanto nas áreas que eu já citei e de repente eu ter que me sujeitar a isso [...] eu dizia eu não vou lavar o seu quintal porque eu não quero que meus amigos me vejam eles me virem trabalhando nas lojas”. (Isabel)

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo sobre o desafio da discriminação que as mulheres negras enfrentam no mercado de trabalho. Tem como objetivo identificar as dificuldades e resistências enfrentadas ao se inserirem no mercado de trabalho. Apesar do aumento da participação de negros no mercado de trabalho nos últimos 20 anos, ainda persiste a dificuldade de inseri-los no meio e de alcançar determinados cargos, além disso são os primeiros a serem atingidos pelas taxas de desemprego. A dificuldade enfrentada pelo negro pode ser reduzida através da inserção ao ensino superior, o que contribui para uma maior qualificação e melhores salários. A mulher negra enfrenta a dupla discriminação, o de ser mulher e o de ser negra. A presente pesquisa foi construída através de práticas metodológicas de pesquisa qualitativa, quantitativa e descritiva.

Palavras-chave: discriminação, mulher negra, mercado de trabalho.

ABSTRACT

This assignment is a study about the discrimination challenge black women face in the job market. Its objective is to identify the difficulties faced when they enter the market. Although the increase of participation of black people in the job market for the last 20 years, it still persists the difficulty to insert them in the environment and to achieve some staff positions, beyond that they are the first when it comes to unemployment rates. The difficulty faced by the black people can be reduced through the insertion at universities, fact that contributes to a great qualification and better salaries. The black women group face the double discrimination, the one of being a woman and the one of being black. This research was built through the methodological practices of quality research, quantity and descriptive.

Keywords: discrimination, black woman, job market.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Proporção de trabalhadoras domésticas entre as mulheres ocupadas de 10 anos ou mais de idade segundo cor/raça no Brasil de 2004 a 2014.....	17
Gráfico 2: Proporção de trabalhadoras domésticas por grupos de idade no Brasil de 2004 a 2014.....	18
Gráfico 3: Taxa de desocupação da população com 16 anos ou mais de idade por sexo e cor/raça no Brasil de 2004 a 2014.....	25
Gráfico 4: Taxa de atividade da população de 16 anos ou mais de idade por sexo/raça no Brasil de 2004 a 2014.....	26
Gráfico 5: Anos médios de estudo da população de 18 a 29 anos por sexo e cor/raça no Brasil de 2004 a 2014.....	27

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econmico e Social
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo e Serviço
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econmica e Aplicada
PEA – Pessoas Economicamente Ativas
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
SEPPIR – Secretaria Especial de Polítics de Promoo da Igualdade Racial

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. A mulher e o mercado de trabalho	13
2.1 O trabalho doméstico como fonte de renda	15
3. O desafio da discriminação racial no Brasil e o acesso à educação	19
4. Metodologia	23
5. Análise dos dados	24
5.1 Taxa de desocupação	24
5.2 Taxa de atividade	25
5.3 Anos médios de estudo	27
6. Conclusão	28
7. Referências Bibliográficas	29

1. Introdução

O Brasil é um país que apresenta uma enorme diversidade de raças, porém marcado por grande discriminação, seja por gênero ou por cor da pele. Apesar de a população negra ser a maioria, enfrenta as maiores dificuldades para se inserir no mercado de trabalho formal.

Na última década foram observadas algumas mudanças decorrentes do crescimento econômico e de políticas públicas com intuito de melhorar as condições dos setores de trabalho, como a regulamentação do trabalho da empregada doméstica. Houve uma maior fiscalização por parte do Ministério do Trabalho em relação às irregularidades voltadas para a força de trabalho nas empresas e a valorização do salário mínimo. Foi possível obter resultados gratificantes, como o surgimento de empregos com registro na carteira e redução dos trabalhos informais. Porém, para os negros pouca conquista foi obtida, reduziu-se em pequena proporção o trabalho doméstico e o trabalho agrícola, caracterizados pela baixa remuneração (LEITE; SALAS, 2012).

Segundo (CHADAREVIAN, 2011), questões sobre políticas públicas voltadas para as desigualdades raciais no mercado de trabalho continuam sem respostas. Diante disso têm surgido diversas propostas de todas as formas para colocar um fim nesse problema. Mas enquanto não se encontra uma solução, não é possível afirmar com exatidão o nível dessa desigualdade e como está sendo a sua evolução ao longo dos últimos anos.

Para (SILVA, et al., 2013), houve um crescimento significativo de inserção da mulher no mercado de trabalho, sendo conseqüentemente pelo acesso à educação, tendo como pontos positivos melhores salários e maiores qualificações. Por outro lado, aumentaram as ocupações com alto índice de informalidade, menor renda e menor escolaridade. As mulheres que ocupam os cargos mais bem pagos são predominantemente brancas e aquelas que estão presentes nos serviços de baixa renda são as mulheres negras, onde os serviços domésticos se enquadram quase como opção para aquelas que devido as suas condições financeiras, deixam de estudar, para ajudar na renda familiar. Devido à baixa remuneração, o trabalho doméstico continua sendo o destino de muitas mulheres negras, não exigindo escolaridade e muito menos sem carteira assinada.

Segundo (DOS SANTOS; SCOPINHO, 2011) as dificuldades do jovem negro ao se inserir no mercado de trabalho vão muito além daquelas enfrentadas pelo jovem branco. A inserção precoce do negro demonstra as dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias, que necessitam de seu salário para complementar a renda familiar. Além disso, nos mostra que os jovens negros enfrentam grandes dificuldades para se dedicarem aos estudos

conciliando com o trabalho, o que reduz a oportunidade de uma maior qualificação e, conseqüentemente, almejar melhores posições de cargos e salários.

Diversos pesquisadores, já sugeriram que as modificações nos salários e nas próprias condições de acesso ao mercado de trabalho entre negros e brancos podem estar relacionadas às diferentes oportunidades de educação, levando em conta todo o preconceito racial presente nos recrutamentos no mercado de trabalho. Vale lembrar que a inserção a educação superior está intimamente ligada à cor da pele e que os índices de educação entre brancos e negros se distanciam em diversos aspectos, com grande desvantagem para os negros.

Com o intuito de entender toda essa dificuldade do negro, tem-se os seguintes questionamentos: Como se dá a participação de uma mulher negra no mercado de trabalho? Quais desafios os negros encontram para se inserirem no mercado de trabalho? Quais fatores podem colaborar para a redução da discriminação racial nos setores de trabalho?

Assim o objetivo deste trabalho é apresentar os desafios diários que a mulher negra enfrenta diante da discriminação racial, enumerar os principais fatores que dificultam a sua inserção no mercado de trabalho e apesar das poucas conquistas alcançadas, mostrar essa pequena evolução ao longo dos últimos 20 anos e que a cor da pele é só um detalhe entre a diversidade de raça que o nosso país apresenta.

2. A mulher e o mercado de trabalho

Ao longo dos últimos anos, a inserção da mulher no mercado de trabalho foi tema de grande interesse quando se falava em igualdade de gênero perante a sociedade brasileira e a presença feminina no mercado de trabalho tem sido medida pela proporção de pessoas dentro de uma faixa etária que esteja disponível para o mercado, ocupada ou procurando essa ocupação, isto é, Pessoas Economicamente Ativas (PEA).

A partir do século XX os avanços tecnológicos e o mundo competitivo levaram a busca por novos mercados e ao aumento significativo da mulher no mercado de trabalho. Segundo (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003), o aumento da inserção da mulher no setor produtivo está ligado à necessidade da economia proveniente das alterações no mundo do trabalho e às novas oportunidades surgidas desde então, além das mudanças culturais e sociais que vêm contribuindo para a alteração no perfil das famílias brasileiras. Mudanças como a redução do número de filhos e o aumento de famílias chefiadas por mulheres, além disso as mudanças culturais na vida social da mulher proveniente dos movimentos feministas da década de 1970 e a maior inserção no mercado de trabalho colaborou para uma maior aceitação no setor produtivo.

Segundo (PINHEIRO, et al., 2016), a partir de 1970 houve um aumento significativo de mulheres no mercado de trabalho. Dados dos Censos demográficos informam que nesse ano apenas 18,5% das mulheres eram consideradas economicamente ativas e conforme citado por (ALVES, 2013) em 2010 esses dados chegaram a quase 50%. É importante lembrar que as mulheres não estiveram em todo o tempo fora de suas ocupações:

Os primeiros dados oficiais de que se tem conhecimento apontam que, em 1872, elas representavam 45,5% da força de trabalho. Nesta época [...] as mulheres estavam empregadas predominantemente na agropecuária, nos serviços domésticos em lar alheio ou no serviço de costura por conta própria. Depois de 1920, a PEA feminina reduz-se drasticamente, em parte porque no momento do primeiro recenseamento boa parte da produção se desenvolvia nos limites domésticos (IPEA, 2014 apud PINHEIRO et al., 2016, p. 5).

De acordo com (BARBOSA, 2014), a participação de mulheres entre 15 e 59 anos de idade chegou a 61% no ano de 2012. É interessante pensar nas razões que levaram as mulheres ao mercado de trabalho, como a presença de filhos, o nível de educação e a renda familiar. A mulher que apresenta um nível de escolaridade mais elevado, cerca de onze anos ou mais, apresenta uma maior probabilidade de se inserir no mercado de trabalho em setores com melhores remunerações. Outro ponto importante a ser mencionado é a presença nos lares de idosos, com a crescente expectativa de vida e a necessidade de cuidados podem inibir a participação da mulher no mercado de trabalho. Em relação a localização, as mulheres que

se concentram na zona rural apresentam uma maior dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho se compararmos com aquelas que residem na zona urbana.

A posição da mulher no mercado de trabalho se dá de forma desigual e hierarquizada, de acordo com (NASCIMENTO, 2014 p. 41) as oportunidades e condições de trabalho das mulheres são expressas pela divisão sexual do trabalho e determinam o papel a ser ocupado por homens e mulheres no conjunto das forças produtivas. A inserção da mulher ao mercado de trabalho cria uma certa dúvida se realmente pode ser considerada uma conquista feminina, pelas palavras de (PINHEIRO, et al., 2016):

As mulheres permanecem em trabalhos precários e vulneráveis, em setores já tradicionalmente por elas ocupados. Recebem os piores salários e possuem jornadas extensas e incalculáveis de trabalho [...]. Este é o pano de fundo a partir do qual vem ocorrendo a incorporação das mulheres, motivo pelo qual as conquistas do período recente precisam ser analisadas com rigoroso olhar crítico (PINHEIRO, et al., 2016 p. 9)

Apesar de a participação da mulher no setor de trabalho está aumentando cerca de 15% a cada década, há uma grande diferença com a proporção de homens e isso se mantém devido a existência do preconceito, que é o principal obstáculo de inserção e permanência da mulher no mercado de trabalho. O preconceito contra a mulher decorre em dois aspectos: o primeiro baseia no fato de a mulher apresentar menor rendimento em virtude de alteração de humor proveniente de seu ciclo biológico ou fatores ligados à sua vida conjugal como idade ou número de filhos. Em segundo lugar, a condição cultural que coloca a mulher como um ser frágil e limitado intelectualmente. Dessa forma a mulher para conquistar seu espaço deve se qualificar bem mais do que o homem e se sujeitar a menores remunerações (THIRY-CHERQUES; PIMENTA, 2003 apud AMARAL, 2012).

Vale lembrar também do perfil das mulheres consideradas inativas, para entender os fatores que dificultam a inserção no mercado de trabalho. Segundo (PINHEIRO, et al., 2016) as mulheres consideradas inativas não são as idosas que ao se aposentarem se afastam do mercado de trabalho, pelo contrário pois a média dessas mulheres é de 52 anos e dos homens é de 64,3 anos. No caso das mulheres negras a idade média que encontram barreiras para inserirem no mercado é de 49 anos. As mulheres inativas não são aquelas que apresentam qualificação insuficiente, pelo contrário, apresentam em média 6,4 anos de estudo, assim como as mulheres que estão ativas no mercado. O que pode ser observado é que as mulheres inativas – das quais, a maioria vive em companhia de seus cônjuges - são aquelas que se encontram ainda em idade produtiva, apresentando maior escolaridade do que os homens, mas falta a oportunidade para poderem contribuir com a riqueza do país e não apenas possibilitarem a contribuição que os homens dão à economia.

O cenário brasileiro nos últimos anos passou por diversas transformações culturais e sociais, mas enquanto persistir a discriminação da mulher e o país for marcado por hierarquização de pessoas, o setor de trabalho vai continuar marcado pelas desigualdades que refletem as diferenças de inserção ao setor de trabalho. Nos últimos anos a melhoria nas condições de inserção nos setores de trabalho de acordo com (PINHEIRO, et al., 2016) não alterou em nada, principalmente em relação a discriminação de gênero e raça, onde justifica as péssimas condições de trabalho, principalmente, quando se trata da mulher negra que está predisposta as piores condições de trabalho e salários.

2.1 O trabalho doméstico como fonte de renda

Durante muitos anos o trabalho doméstico foi a única fonte de remuneração para muitas mulheres, especialmente para as mulheres negras, onde não se exige nenhum tipo de qualificação e o cuidado com a casa, com as crianças mantêm enraizado em nossa sociedade como um trabalho a ser realizado por mulheres e a busca por melhores condições nessa categoria ainda é motivo de grandes discursos e debates.

Segundo (SANCHES, 2009) o trabalho doméstico é parte da economia informal por apresentar uma certa dificuldade em poder classificá-lo nas definições de correntes de trabalho e do mercado de trabalho, não sendo as condições precárias que o tornam um trabalho informal, mas a posição que ocupa diante do conceito de atividade econômica. É importante ressaltar que o trabalho doméstico não gera produtos ou serviços para o mercado diretamente, gera e mantém a força de trabalho que será vendida para o mercado de trabalho. É considerado um trabalho informal por apresentar o local de trabalho sendo o domicílio e por não gerar nenhum tipo de lucro. Assim o trabalho doméstico:

Sempre carregou o estigma da servidão, com a cooptação de “moças do interior” para “ajudar” a servir a nova classe burguesa que estava emergindo, primeiro, e com a omissão do poder público sobre a esfera privada, depois, fato que ajudou a manter essa relação de trabalho na invisibilidade (FARIA, et al., 2014 p. 6)

De acordo com (BRUSCHINI, 1998 apud BRUSCHINI, 2007) entre os anos de 1970 e 1980 foi realizado um trabalho de crítica em relação às estatísticas oficiais que não eram adequadas para demonstrar a colaboração das trabalhadoras domésticas à sociedade. Por exemplo, nos levantamentos censitários realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o trabalho doméstico realizado nos domicílios não era considerado como atividade econômica, ou seja, as pessoas que declaravam que a principal atividade era os

afazeres domésticos, não eram consideradas como população economicamente ativa, pelo contrário, eram consideradas como estudantes, doentes, inválidos, aposentados. Informações sobre essa categoria não eram divulgadas e o conhecimento ficava somente com os responsáveis pela pesquisa oficial. Porém, recentemente através de divulgação da pesquisa realizada pelo IBGE é possível obter informações sobre esse tipo de atividade (BRUSCHINI, 2007).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) do IBGE, no ano de 2007 a ocupação doméstica dita como remunerada empregava cerca de 6.731.197 pessoas, onde 94% eram mulheres. Destas mulheres 61% eram negras e 39% eram brancas. O trabalho doméstico correspondia a 16,4% do trabalho feminino e considerado muito importante para as mulheres negras já que 21,4% delas se ocupavam como domésticas se compararmos com 12,1% de mulheres brancas nessa categoria (SANCHES, 2009 apud FARIA et al., 2014). Já em 2008 cerca de 6,2 milhões de mulheres estavam empregadas como domésticas, o que representa 15,8% da ocupação feminina, sendo 20,1% corresponde ao total de ocupação das mulheres negras. Menos de 30% dessas trabalhadoras domésticas tinham registro na carteira e acesso a previdência social (IPEA, 2010 apud FARIA et al. 2014).

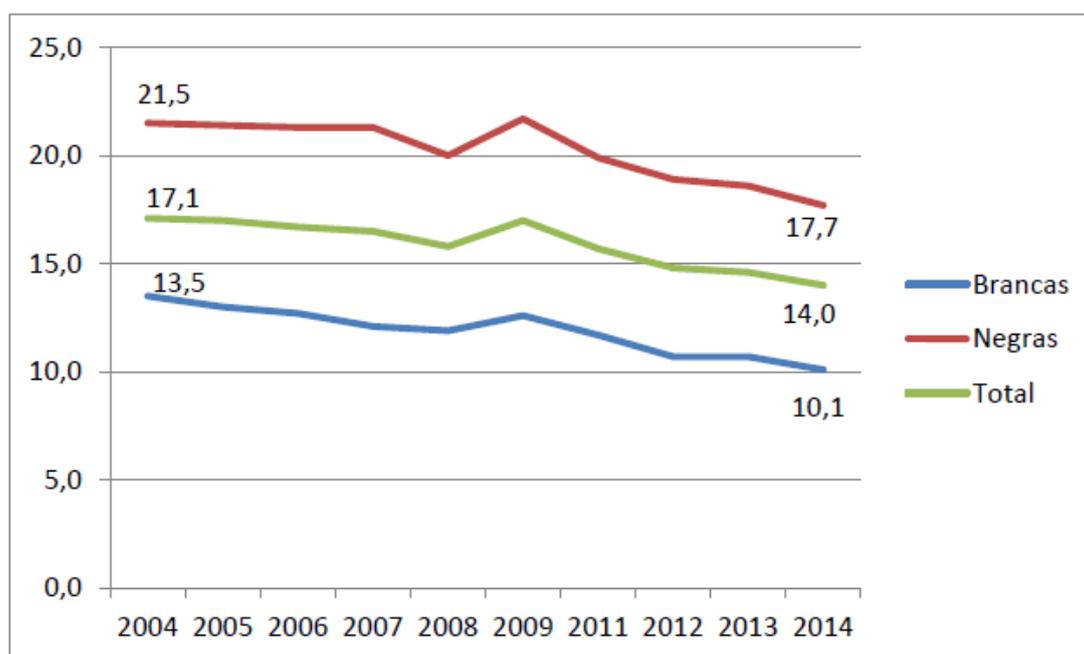
A grande participação da mulher negra no trabalho doméstico chama a atenção de diversos pesquisadores desde o século XX. Para a maioria desses pesquisadores a presença negra nesse tipo de trabalho é devido à forte herança da escravidão e por se tratar de um trabalho com grande presença de informalidade, sem perspectiva de ascensão na carreira e até mesmo recentemente por não apresentar os direitos trabalhistas regulamentados conforme os demais trabalhadores. O trabalho doméstico, apesar de ser um meio de remuneração para muitas famílias, inclusive muitas dessas são chefiadas por mulheres, marca uma intensa desvalorização de gênero e raça, apresentando baixas remunerações, pouca ou nenhuma exigência de qualificação (SILVA, et al., 2013).

Em 2009, segundo (MARQUES; COSTA, 2013) a ocupação doméstica foi responsável por 17% de toda a ocupação feminina, sendo o comércio com 16,8% e educação, saúde e serviços sociais, 16,7%. A maioria das mulheres que se encontram em ocupações domésticas são negras, com uma participação de 61,7% contra 38,3% de mulheres brancas. Nesse mesmo ano apenas 30% das trabalhadoras domésticas contribuíam com previdência social, podendo garantir o direito à licença-maternidade, aposentadoria e auxílio-doença. Mas a maioria, cerca de 70% das trabalhadoras domésticas que não contribuíam, 44,6% eram mulheres negras.

Em 2013 foi aprovada uma emenda constitucional que pôde oferecer alguns direitos para as trabalhadoras domésticas, direitos esses que já haviam sido conquistados pelos trabalhadores urbanos no ano de 1988. Porém a maioria desses direitos só passaram a vigorar somente em 2015, quando houve a aprovação da lei complementar que regulamentou a emenda. O que mais pode ser observado além do atraso de anos para regularizar os direitos é o fato dessas trabalhadoras em sua maioria continuarem sem proteção, sem carteira assinada (PINHEIRO, et al., 2016). Podemos citar como mudança nessa categoria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o seguro acidentário, o seguro-desemprego e o adicional noturno. O tema ganhou uma enorme repercussão pública na imprensa ou em organizações voltadas para os setores patronais e para os trabalhadores domésticos devido aos novos direitos que entrariam em vigor no país (DE SOUZA, 2015).

A participação de mulheres no trabalho doméstico remunerado vem caindo lentamente ao longo dos últimos anos. Em 2014, por exemplo, cerca de 14% da população feminina ocupada estava trabalhando como doméstica, o que corresponde a 5,9 milhões de mulheres no Brasil. O que se observa é a diferença quando se trata de raça: 17,7% eram mulheres negras que trabalhavam como domésticas e 10% correspondia a participação de mulheres brancas nessa categoria (PINHEIRO, et al., 2016).

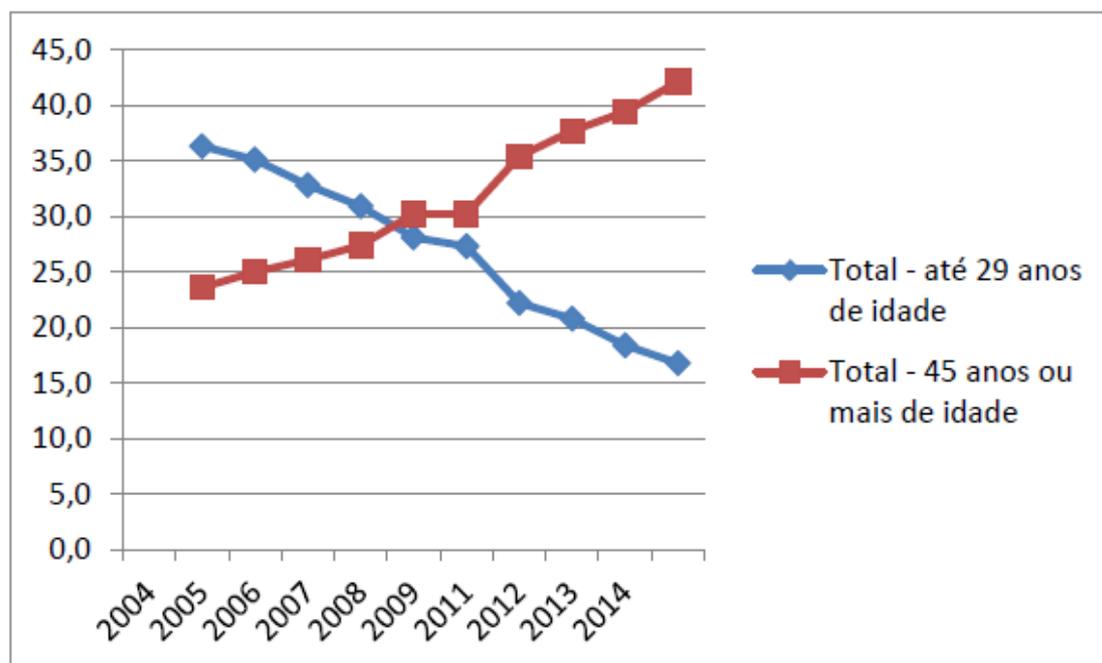
Gráfico 1: Proporção de trabalhadoras domésticas entre as mulheres ocupadas de 10 anos ou mais de idade segundo cor/raça no Brasil de 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Extraído de Pinheiro et al (2016).

Outro aspecto importante a ser observado é a queda do número de trabalhadoras jovens no trabalho doméstico remunerado. Podemos supor que essa redução se deve aos baixos níveis de rendimento, à presença de discriminação e exploração e ao fato de que as jovens se encontram mais qualificadas e prontas para procurar alternativas de trabalho que não seja o doméstico (PINHEIRO, et al., 2016).

Gráfico 2: Proporção de trabalhadoras domésticas por grupos de idade no Brasil de 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Extraído de Pinheiro et al (2016).

As trabalhadoras domésticas cumprem longas jornadas de trabalho, principalmente aquelas que dormem em seus empregos, por outro lado temos as diaristas que trabalham intensamente no dia de serviço e raramente conseguem preencher todos os dias da semana com trabalho, o que resulta em baixas remunerações. Além disso os trabalhos executados incluem o manuseio com produtos químicos, eletricidade, estando predispostas a fatores de risco de acidentes de trabalho e enfrentam pouca ou nenhuma compreensão por parte dos empregadores. As empregadas domésticas também enfrentam altos níveis de assédio moral e sexual (SANCHES, 2009).

A falta de melhores oportunidades impede muitas mulheres de ingressar em um outro setor de trabalho que não seja o serviço doméstico. E a maioria dessas mulheres são negras, presenciam diariamente o preconceito em relação à ocupação, além da discriminação racial. Enfrentam dificuldades ao procurar emprego em outros setores de trabalho quando relatam sua atual ocupação, possuem baixa escolaridade, enfrentam a dupla jornada de trabalho.

Além disso caracteriza-se por ser um trabalho feminino, de cuidar do lar, sendo o perfil dessas trabalhadoras sempre o mesmo: mulheres negras com baixa escolaridade, maior faixa etária e fazem parte de famílias de baixa renda (MARQUES; COSTA, 2013).

3. O desafio da discriminação racial no Brasil e o acesso à educação

O Brasil apresenta uma grande variedade de raças e a discriminação racial decorrente do período da escravidão é considerada um dos principais fatores que contribuem para a desigualdade social no país. Segundo (DE BARROS, et al., 1996) a discriminação pode ser descrita como um tratamento diferenciado dos indivíduos que apresentam as mesmas características de um grupo, classe ou categoria que fazem parte e apresentam um desvio do que poderia ser considerado ideal de igualdade de oportunidade, sendo um tema de grande preocupação social em relação ao bem-estar da sociedade.

Para (JACCOUD, et al., 2008), foi a partir da abolição da escravidão que o racismo se estruturou como discurso se baseando na inferioridade biológica dos negros. As teorias racistas divulgadas na sociedade brasileira e o projeto de branqueamento da sociedade se entendeu até os anos de 1930, onde se deu o início da substituição pela democracia racial. A chegada dos imigrantes europeus no Brasil permitia a redução do peso da população negra e contribuía para o processo de modernização. Sabendo que “o projeto de um país moderno era diretamente associado ao projeto de uma nação progressivamente mais branca” (JACCOUD, et al., 2008 p. 49)

Segundo (THEODORO, 2008) na década de 80 a desigualdade racial ainda era considerada um fator sem reconhecimento e as suas causas precisavam ser mais fortalecidas. Porém no início da década de 90 passou a ser tema de debate e a fazer parte de discussão da ação pública. A partir daí o avanço foi significativo, devido às pesquisas e aos estudos pioneiros do final da década de 1970. Porém o avanço e a mudança observada foram devido a atuação do Movimento Negro presente no espaço público, mostrando a necessidade de formulação de políticas públicas.

Para (DE BARROS, et al., 1996) a discriminação racial está fortemente ligada à mobilidade social, sendo que quanto menor for a discriminação maior será a mobilidade, sendo pouco influente na discriminação por gênero. A discriminação racial tende a reduzir a mobilidade social em dois aspectos diferentes: primeiro por apresentar como uma característica hereditária, ou seja, os filhos daqueles que são discriminados hoje serão as vítimas a serem discriminadas amanhã. Em segundo lugar, apesar de grande incidência de casamentos entre pessoas de raças diferentes, os negros têm uma menor probabilidade de

casar-se com um branco do que o próprio branco, da mesma forma acontece com um filho de uma mãe negra que haverá alta possibilidade de seu pai também ser negro. Entre os negros é observado também menores índices de mobilidade ascendente e essas dificuldades são maiores entre aqueles que possuem maior renda (HASENBALG, 1979 apud JACCOUD, 2008).

Entre os estudos voltados para a desigualdade racial, não observou nenhuma mudança na sociedade brasileira. Entre as décadas de 1940 e 1990 o crescimento e modernização econômica em nada alterou a posição de ocupação entre brancos e negros. Há ainda grandes dificuldades de medir a discriminação, seja pelo fato de não agir sozinha, mas junto com outros fatores na reprodução da pobreza e nas poucas oportunidades do negro. Assim, podemos enumerar diversos fatores que colaboraram para a sua propagação: a estagnação econômica presente nas regiões de maior incidência de negros, acesso a serviços de precária qualidade como a educação, péssimas condições sociais devido à grande concentração dessa população em bairros que apresentam menores recursos. Além disso está presente a diferença na formação familiar devido ao acúmulo de capital humano (JACCOUD, et al., 2008).

A industrialização não eliminou a raça como fator organizador de relações sociais e oportunidades econômicas, nem reverteu a subordinação social das minorias raciais. Pode-se observar, inclusive, a piora da posição relativa dos negros nas posições superiores da estrutura de ocupações, derivada em grande parte, da crescente desigualdade de acesso de brancos e negros no ensino superior (JACCOUD, et al., 2008 p. 54)

No início da década de 90 surgiu uma teoria com o objetivo de combater a discriminação racial através de políticas públicas. Entre 2001 e 2002, foram criados alguns programas de ação afirmativa, visando inserir o trabalhador negro em seu quadro funcional. Já em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o governo procurou fortalecer as ações afirmativas e construir um projeto mais estruturado de combate ao racismo, à desigualdade racial e à discriminação. Apesar da atuação da SEPPIR ser lenta, conseguiu nos últimos anos um certo desenvolvimento em parceria com o Movimento Negro no âmbito de políticas públicas (JACCOUD, et al., 2008).

A raça é um importante fator na composição de estruturas sociais, pois ela diferencia, separa e subjuga os diferentes grupos que são marcados pelas características físicas de cada indivíduo. O racismo confere aos brancos a ideia de valores transparentes e neutros, ou seja, eles aparecem na sociedade como sujeitos onde a cor e a raça não fazem parte de suas individualidades. Já o negro é visto como portador de raça, carregam a cor como um

instrumento de seu dia a dia. Diante dessa confirmação da existência de desigualdade racial o Estado brasileiro, a sociedade brasileira, vagarosamente começam a responder às reivindicações da luta incessante do negro, como a criação de cotas para negros em universidades federais, criação da secretaria de igualdade racial, imposição da cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, a constatação de um dia da consciência negra em alguns estados brasileiros e o ensino obrigatório da História da África. E essas políticas públicas antidiscriminatórias estão relacionadas à identidade e classificação raciais adotados no Brasil. Já que é a classificação racial que determina como as pessoas são tratadas entre si, ou seja, a discriminação e a desigualdade racial irão depender da classificação racial de terceiros (SCHUCMAN, 2010).

O processo discriminatório de acordo com dados do BNDES (2011) como um dos fatores da desigualdade social se intensifica ainda mais em períodos que apresentam um relativo crescimento econômico: Entre 2004 e 2010 o país passou por um ciclo de crescimento significativo, com taxa média de expansão do Produto Interno Bruto de 4,5% (apud PINHEIRO et al., 2016, p.8).

Neste ciclo ocorreu um movimento importante de incorporação de setores da força de trabalho em relações assalariadas, com diminuição das taxas de desemprego aberto e crescimento substantivo da massa salarial. Mulheres e negros tiveram importantes conquistas, com melhoria substantiva da renda e do acesso ao trabalho (...). Porém, as condições em que essa incorporação ocorreu no mundo do trabalho precisam ser mais bem explicitadas para que possamos compreender os limites dessa integração no período recente (PINHEIRO, et al., 2016 p. 8)

Para (DOS SANTOS, et al., 2011), o negro não se encontra ausente somente nos meios de comunicação em geral, mas também nas novelas, nos comerciais de TV, nos filmes, em geral nos locais onde a sua presença não se dá de forma qualificada. O que se vê mais recentemente, algumas mudanças vêm ocorrendo bem lentamente, afinal os negros e seus descendentes compõem mais da metade da população brasileira. Cientistas sociais e economistas quando relatam a situação do país como a miséria, falta de moradia, violência, desemprego, concentração de renda e outras problemáticas não identificam os responsáveis, pelo contrário, parece que simplesmente querem fugir do assunto. Quando se fala do Brasil moderno e desenvolvido, líder de mercado, não há negros para esse espaço, mas quando refere o país à miséria, à pobreza que coloca o Brasil entre os países mais atrasados do mundo, aqui a presença do negro é garantida e concreta.

Diversos pesquisadores considerando o preconceito racial presente no momento de inserção ao mercado de trabalho têm afirmado que a variação no salário e nas condições de inserção entre brancos e negros está ligada diretamente ao nível educacional (O'CONNOR;

SOARES, 2002 apud GÓIS, 2008). Porém a possibilidade de acesso à educação está intimamente ligada a cor da pele de um determinado indivíduo e o nível educacional entre brancos e negros difere em diversos aspectos, com enormes desvantagens para os últimos (HENRIQUES, 2001 apud GÓIS, 2008).

Para (VALVERDE, et al., 2009), existe no Brasil uma cultura que ainda nega a existência de práticas de racismo nas escolas e prefere justificar o mau desenvolvimento dos jovens e crianças negras à estrutura familiar, à situação socioeconômica ou até mesmo a necessidade de se inserirem precocemente no mercado de trabalho, desconsiderando a presença da raça ou cor sobre as suas trajetórias de vida. Essas práticas contribuem para a chamada distorção idade-série, devido ao abandono ou reprovação por parte de crianças e jovens negros que apresentam uma maior proporção no ensino médio. No caso dos jovens, esse distanciamento da escola se deve às experiências escolares, ao surgimento de indagações e descobertas sobre as mais variadas situações como desemprego, sexualidade, drogas, vestibular. Ao longo do tempo a escola perde o espaço de exclusividade na vida desse jovem. Portanto, o mundo da escola e o cotidiano do jovem passam a se enfrentarem resultando em abandono, repetência e até em violência na escola. No caso de acesso ao ensino superior, a situação muda. Nos últimos anos quando houve expansão do ensino superior e a implantação de ações afirmativas, pôde verificar uma redução na desigualdade de acesso entre os negros e brancos.

4. Metodologia

Para analisar a inserção da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro, optou-se pela utilização de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de várias publicações e institutos que abordam sobre esse tema, a saber, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA).

Foi feito uma abordagem das variáveis taxa de desocupação e taxa de atividade no período de 2004 a 2014 da população de 16 anos ou mais e anos médios de estudos nesse mesmo período da população de 18 a 29 anos. Nesse período, o Brasil segundo (CALIXTRE; VAL, 2015) presenciou uma melhora significativa nas estruturas do mercado de trabalho, como a redução do desemprego puxado pela política de valorização do salário mínimo, aumento da escolaridade e das condições em geral do trabalhador brasileiro. Mas não foi só isso, a estrutura familiar também esteve em processo de transformação marcado pelos novos arranjos familiares. Houve queda da informalidade, principalmente entre as mulheres negras de 75,9% em 2004 para 66,5% em 2014, ano em que se inicia um período de turbulência na conjuntura econômica, marcada pelo aumento da taxa de desemprego. Entre os anos de 2013 e 2014 houve uma queda da taxa de pobreza extrema de 29,8%, onde pode ser justificada pela redução das desigualdades e pelo fato de a renda ter se elevado e permanecido. Outro ponto importante foi a redução da pobreza nos lares sem levar em consideração o arranjo familiar, mas se intensificou principalmente onde havia a presença de filhos.

5. Análise dos dados

Na análise de dados gerados pela pesquisa realizada pela PNAD/IBGE no período de 2004 a 2014 foi levado em consideração três variáveis que procuram enfatizar as dificuldades que a mulher negra enfrenta ao inserir e manter no mercado de trabalho: taxa de desocupação e taxa de atividade da população com 16 anos ou mais e anos médios de estudos da população de 18 a 29 anos.

5.1 Taxa de desocupação

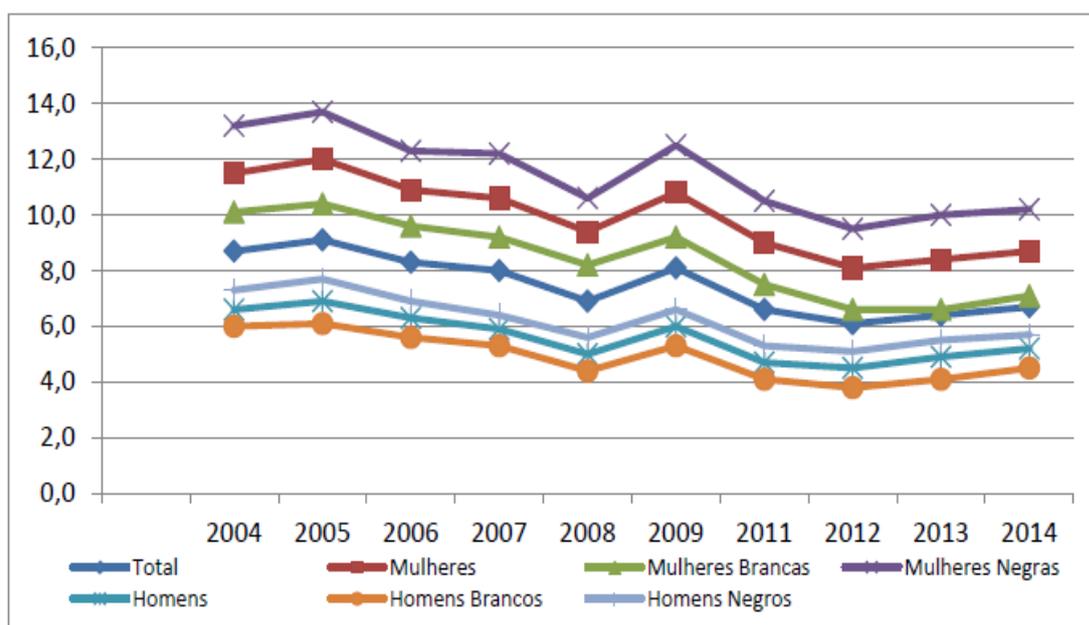
É importante lembrar que o IBGE considera na taxa de desocupação como sendo as pessoas (desocupadas) que procuraram uma vaga de emprego nos últimos trinta dias. As pessoas que não procuraram emprego nos últimos trinta dias, mas tomaram alguma providência nos últimos doze meses não são consideradas desocupadas. Além disso se a pessoa trabalhou na semana anterior à pesquisa por pelo menos uma hora, trabalho com ou sem remuneração, será considerado como um ocupado, não levando em consideração a qualidade dessa ocupação. Portanto, as ocupações precárias, presentes nos meios urbanos e rurais, serão consideradas estatisticamente da mesma forma como um trabalho formal, ou seja, com carteira assinada (PINHEIRO, et al., 2016).

De acordo com o gráfico 3, em períodos de intensa recessão econômica, por exemplo, a partir do ano de 2008 a taxa de desocupação atingiu todas as categorias, independente de raça/cor ou gênero, porém a mulher negra sofreu com mais intensidade o reflexo da queda de emprego. E mesmo em períodos que apresentam um relativo crescimento econômico, com oportunidades de emprego, a mulher negra é a mais atingida.

Ressalta-se que a presença da mulher negra em trabalhos informais como o trabalho doméstico sempre foi maior quando comparada com a presença da mulher branca nessa mesma ocupação. No período que se estende de 2005 a 2007 verifica-se uma queda na taxa de desocupação da mulher negra e isso pode estar ligado à criação de políticas de ações afirmativas criadas pelo governo para facilitar o acesso do negro ao ensino superior. Houve também nesse mesmo período uma queda não muito significativa do trabalho doméstico remunerado. Entre 2007 e 2008 observa-se uma redução na taxa de desocupação e na participação da mulher negra nos serviços domésticos remunerados em maior proporção se comparar com o período anterior. Já nos anos de 2008 e 2009 verifica-se que a taxa de desocupação em todas as categorias de raça e de gênero se elevou, porém, para a mulher negra esse aumento foi mais intenso. Apesar de ter havido essa elevação na taxa de desocupação nesses anos, o nível se manteve bem abaixo do que foi verificado entre 2004 e

2005. Nesse período, 2008 e 2009, a economia brasileira presenciou a crise financeira que levou ao aumento da taxa de desemprego e consequentemente aumento da taxa de desocupação. A partir de 2010 a taxa de desocupação cai, sendo que em 2012 alcança a menor taxa com aproximadamente 9,8% para as mulheres negras e 6,4% para as mulheres brancas. A partir de 2012 há uma pequena elevação, porém em poucas proporções, chegando em 2014 mantendo-se quase que constante e bem menor do que no ano de 2004 que foi o ano de início para a pesquisa da PNAD/IBGE.

Gráfico 3: Taxa de desocupação da população com 16 anos ou mais de idade por sexo e cor/raça no Brasil de 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Extraído de Pinheiro et al (2016).

5.2 Taxa de atividade

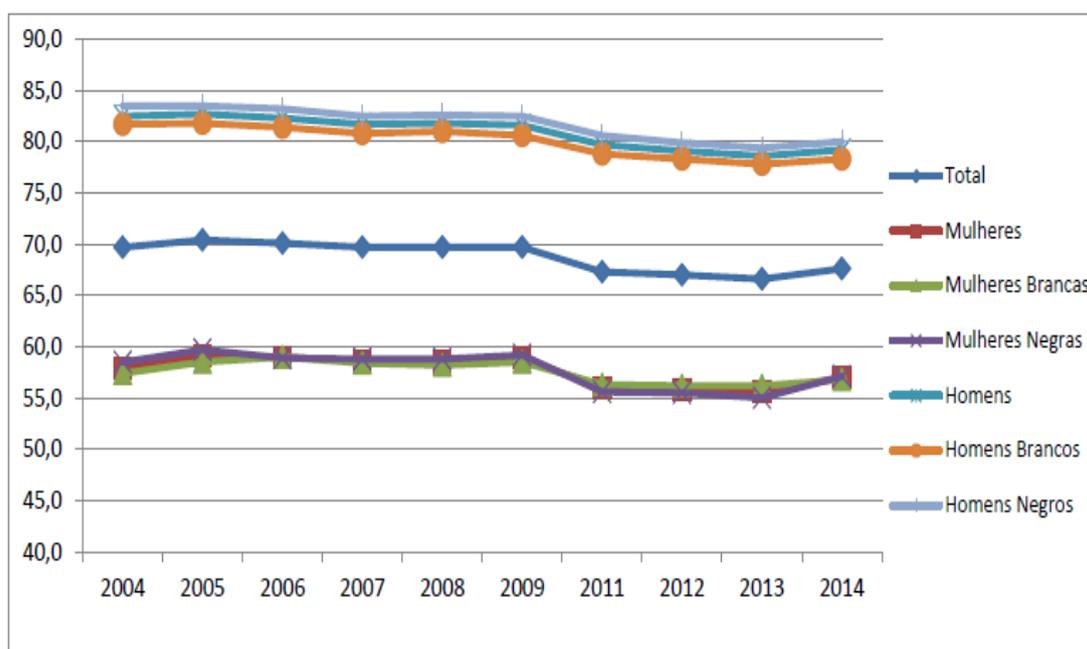
Uma outra variável que procura explicar a discriminação racial que a mulher negra enfrenta no mercado de trabalho é a taxa de atividade que se refere a porcentagem de pessoas dentro de uma determinada faixa etária que exercem algum tipo de atividade remunerada, ou seja, a proporção de PEA. É notável que houve um aumento significativo nos últimos anos da mulher no mercado de trabalho, mas essa inserção ocorreu de forma diferenciada, principalmente quando se fala da entrada da mulher negra em qualquer tipo de ocupação.

O conceito de atividade não considera o trabalho não remunerado que é desenvolvido no espaço doméstico, ou seja, não abrange pouco menos da metade do total de mulheres que

por razões específicas não conseguem inserir no mercado de trabalho (PINHEIRO, et al., 2016).

No gráfico 4, a participação da mulher no mercado de trabalho está bem abaixo se comparar com a participação do homem no período de 2004 a 2014. Pode-se verificar que a taxa de atividade da mulher negra e da mulher branca está bem distribuída de forma igual, variando apenas em alguns períodos, mas em pequenas proporções. É notável que a partir de 2004 até o ano de 2006 a taxa de participação da mulher negra superou a da mulher branca, se igualando em 2006, e se manteve mais elevada a partir daí. Já em 2011 a taxa de atividade da mulher negra sofreu uma redução e se igualando somente em 2014. Essas pequenas alterações na taxa de atividade da mulher negra e branca se deve principalmente devido ao elevado número de mulheres consideradas inativas, ou seja, não fazem parte do mercado de trabalho. E a grande diferença para a taxa de atividade dos homens é ainda maior, isso nos mostra que ainda há uma grande dificuldade da mulher independente da raça ou cor de se inserir no mercado de trabalho e para a mulher negra essa dificuldade se intensifica ainda mais em virtude de suas dificuldades de qualificação.

Gráfico 4: Taxa de atividade da população de 16 anos ou mais de idade por sexo/raça no Brasil de 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Extraído de Pinheiro et al (2016).

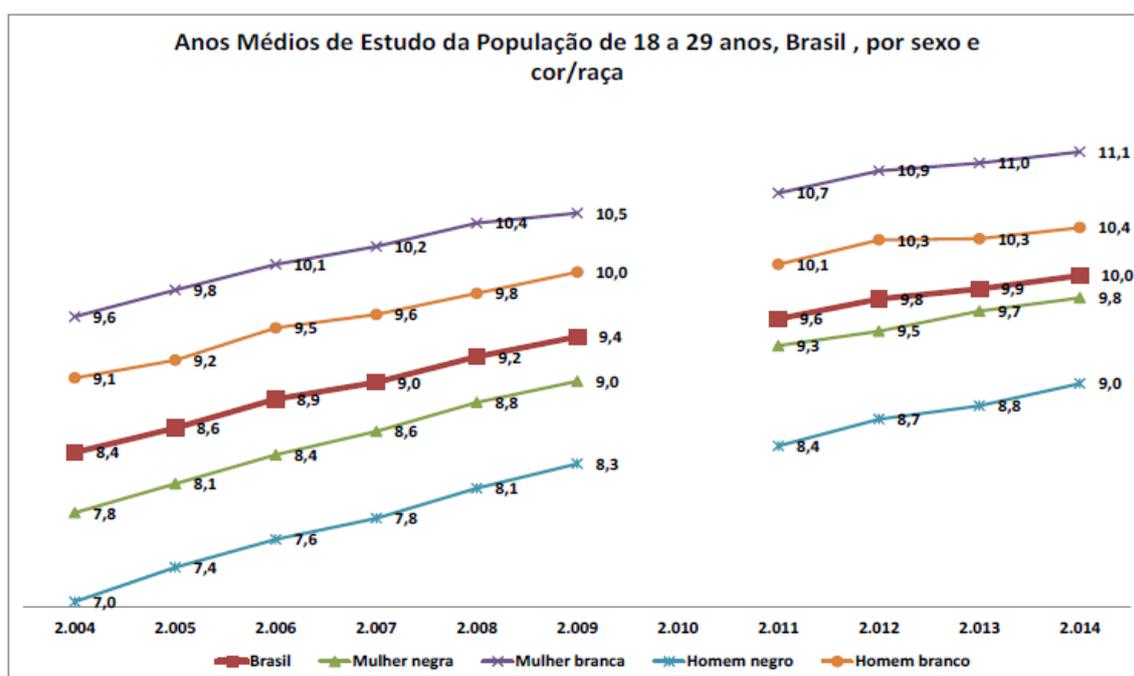
5.3 Anos médios de estudo

A qualificação de um indivíduo contribui e muito para a sua formação profissional o que colabora para um trabalho com melhores remunerações. A busca por uma qualificação nos últimos anos tem facilitado a inserção ao mercado de trabalho, mas a entrada da mulher negra ao ensino superior se intensificou ainda mais a partir da criação de políticas públicas de ação afirmativa, tendo ainda uma participação muito baixa se comparar com as outras categorias.

Por fim, no gráfico 5 observa-se que ao longo dos anos a média de estudo da mulher negra tem alcançado melhores posições de colocação. Porém a mulher negra só possui anos de estudos a mais que os homens negros e a mulher branca está no topo com mais anos de estudo em média a mais do que todas as categorias anteriores. O número baixo de estudo da mulher negra pode ser explicado pelo fato dela começar a inserir no mercado de trabalho muito cedo e não conseguir conciliar os estudos com o trabalho, além disso, as mulheres negras ainda jovens contribuem com a sua remuneração para o sustento da casa.

A possibilidade de aquisição voltada para os estudos guarda uma enorme relação com a cor da pele de um determinado indivíduo e os indicadores educacionais entre o negro e o branco se diferencia em vários aspectos, com desvantagens para aquele (HENRIQUES, 2001 apud GÓIS, 2008).

Gráfico 5: Anos médios de estudo da população de 18 a 29 anos por sexo e cor/raça no Brasil de 2004 a 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Extraído de Calixtre e Vaz (2015).

6. Conclusão

Esse trabalho teve como objetivo mostrar a dificuldade que a mulher negra enfrenta para inserir e permanecer no mercado de trabalho. De fato, a sua inserção se dá de forma discriminada com baixa remuneração, em locais com extrema precariedade. Pode-se afirmar que nos últimos anos houve sim o que podemos denominar de conquistas, mas ainda há muito o que buscar.

O trabalho doméstico durante muitos anos foi tido como a única ocupação com remuneração para muitas mulheres, principalmente para as mulheres negras e isso pode ser explicado devido ao fato de ser um trabalho que não exige nenhum tipo de qualificação, baixas remunerações e algumas mulheres inclusive já presenciaram em seus domicílios de trabalho o assédio moral e sexual, além disso essas mulheres estão sem nenhum tipo de proteção. É considerado um trabalho informal, sem carteira assinada.

Nos últimos anos houve redução do número de mulheres negras e jovens no serviço doméstico remunerado e isso se deve a maior possibilidade de se inserirem no ensino superior. O que tem aumentado é o número de mulheres negras acima dos 49 anos nesse tipo de ocupação.

Portanto a busca por melhores condições de trabalho está longe de ser realizado. O fato de a mulher negra enfrentar a dupla discriminação, racial e de gênero, a dificulta em realizar e construir uma vida digna e honrosa.

7. Referências Bibliográficas

- ALVES, José Eustáquio D. 2013.** *O crescimento da PEA e a redução do hiato de gênero nas taxas de atividade no mercado de trabalho.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2013
- AMARAL, Graziela A. 2012.** *Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho.* Jataí : Revista eletrônica de pedagogia, 2012.
- BARBOSA, Ana Luíza Neves de Holanda. 2014.** *Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro.* Brasília : IPEA, 2014.
- BENTO, Maria Aparecida S. 1994.** *A mulher negra no mercado de trabalho n.2 p.479.* Rio de Janeiro : Revista Estudos Feministas, 1994.
- BONETTI, Alinne e ABREU, Maria Aparecida. 2011.** *Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil.* Brasília : IPEA, 2011.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. 2007.** *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos v.37 n.132, 542, 543.* São Paulo : Cadernos de Pesquisa, 2007.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.** *Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990.* In: **MARUANI, M. e HIRATA, H.** (Orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho.* São Paulo: Senac, 2003
- CALIXTRE, André e VAZ, Fábio. 2015.** *PNAD 2014: Breves Análises n.22.* Brasília : IPEA, 2015.
- CHADAREVIAN, Pedro C. 2011.** *Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho v.31 n.2 p.284.* São Paulo : Revista Economia Política, 2011.
- DE BARROS, Ricardo Paes e MENDONÇA, Roseane Silva Pinto. 1996.** *Diferenças entre discriminação racial e por gênero e o desenho de políticas anti-discriminatórias v.4 p.183-186.* Rio de Janeiro : Revista Estudos Feministas, 1996.
- DE SOUZA, Flávia Fernandes. 2015.** *Trabalho Doméstico: Considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil v.7 n.13 p.280.* Rio de Janeiro: Revista Mundos do Trabalho, 2015.
- DOS SANTOS, Elisabete F.; SCOPINHO, Rosemeire A. 2011.** *Fora do Jogo? Jovens negros no mercado de trabalho v.63 p.33.* Rio de Janeiro : Arquivos Brasileiro de Psicologia, 2011.
- FARIA, Guélmer J. A., FERREIRA, Maria da Luz A. e COUTINHO, Caroline M. F. 2014.** *A condição para quem nasce negra e mulher é ser doméstica?": desigualdade entre mulheres brancas e negras no trabalho doméstico v.15 n.28 p.6.* Florianópolis : Revista PerCursos, 2014.

- GÓIS, João Bôsko Hora. 2008.** *Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior n.16 p.745.* Rio de Janeiro : Revista Estudos Feministas, 2008.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. 2003.** *Acesso de negros às universidades públicas n.118 p.250.* São Paulo : Cadernos de Pesquisa, 2003.
- HENRIQUES, Ricardo. 2001.** Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. In: **GÓIS, João Bôsko Hora. 2008.** *Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior n.16 p.745.* Rio de Janeiro : Revista Estudos Feministas, 2008.
- JACCOUD, Luciana, OSÓRIO, Rafael G e SOARES, Sergei. 2008.** *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição 1ªed.* Brasília : IPEA, 2008.
- LEITE, Márcia de P. e SALAS, Carlos. 2012.** *Trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento v.26 n.1 p.90-91.* São Paulo: Revista de Sociologia da USP, 2012
- MARCONDES, Mariana M., et al. 2013.** *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.* Brasília : IPEA, 2013.
- MARQUES, Lilian A. e COSTA, Patrícia L. 2013.** *Questões para pensar o trabalho doméstico no Brasil. 2013.* In: **SILVA, Tatiana Dias e GOES, Fernanda Lira. 2013.** *Igualdade racial no Brasil: Reflexões no ano Internacional dos Afrodescendentes.* Brasília : IPEA, 2013.
- NASCIMENTO, Sara Diniz. 2014.** *Precarização do Trabalho feminino: A realidade das mulheres no mundo do trabalho n.28 p.41.* Brasília : Temporalis, 2014.
- O'CONNOR, Carla. 2002.** *Black Women Beating the Odds from one Generation to the Next: How the Changing Dynamics of Constraints and Opportunity Affect the Process of Educational Resilience.* v.39 n.4 p.112-133. American Educational Research Journal, 2002. In: **GÓIS, João Bôsko Hora. 2008.** *Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior n.16 p.745.* Rio de Janeiro : Revista Estudos Feministas, 2008.
- PINHEIRO, Luana S, et al. 2016.** *Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014.* Brasília : IPEA, 2016.
- SANCHES, Solange. 2009.** *Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente v.3 p.884.* Florianópolis : Revista Estudos Feministas, 2009.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. 2010.** *Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão v.10 p.48.* Florianópolis : Revista Psicologia Política, 2010.

- SILVA, Tatiana Dias e GOES, Fernanda Lira. 2013.** *Igualdade racial no Brasil: Reflexões no ano Internacional dos Afrodescendentes*. Brasília : IPEA, 2013.
- SOUZA, Flávia F. de. 2011.** *Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil v.7 n.13 p.280*. Rio de Janeiro : Arquivos Brasileiro de Psicologia, 2011.
- THIRY-CHERQUES, H. R. e PIMENTA, R. C.** *Condição feminina e percepção dos valores morais no nível técnico e gerencial das organizações brasileiras*. São Paulo: EnANPAD, 2003. In: **AMARAL, Graziela A. 2012.** *Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho*. Jataí : Revista eletrônica de pedagogia, 2012.
- VALVERDE, Danielle Oliveira e STOCCO, Lauro. 2009.** *Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação n.17 p.914-916*. Florianópolis : Revista Estudos Feministas, 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DEECO – ICSA
COLEGIADO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado **“OS DESAFIOS DA DISCRIMINAÇÃO: a mulher negra no mercado de trabalho”**, de autoria da aluna **ADENIR PEREIRA DUARTE**, foi aprovado sem recomendações de alteração pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.


André Mourthé de Oliveira
Orientador

Mariana, 19 de julho de 2019